

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório de revisão das informações intermediárias.

Referente ao 3º trimestre do exercício de 2020.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA
Santos – SP**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11 “Imobilizado”, em 30 de setembro de 2020 a Companhia possuía o saldo residual de R\$1.655.174.154,86. A Administração não apresentou relatório de inventário atualizado do controle patrimonial suporte aos registros contábeis e não submeteu os bens do Ativo Imobilizado ao teste de recuperabilidade, *Impairment*, e nem realizou o estudo da vida útil dos bens, valor residual e taxas de depreciação, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Consequentemente não foi possível obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar nossa opinião e os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis.

Conclusão com ressalva sobre as informações Contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos tratados na seção acima intitulada “Base para Conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia participa de transações com empresas/entidades governamentais, e por ocasião do encerramento de convênio com uma destas entidades, mencionado na Nota Explicativa nº 1, foi constituída uma provisão para perda no montante de R\$ 45.463 mil resultando o montante dos saldos a receber pela SPA decorrentes de transações com partes relacionadas no valor de R\$ 5.930 mil em 30 de setembro de 2020. Portanto, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Déficit Atuarial

Conforme Nota Explicativa nº 17a, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. A responsabilidade da patrocinadora SPA, o passivo atuarial da SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 418.727 mil (R\$ 1.082.028 em 31 de dezembro de 2019), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. O valor de R\$ 2.684 mil em 30 de setembro de 2020 (1.784 em 31 de dezembro de 2019) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de setembro/2020. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Plano de Pensão

Conforme Nota Explicativa nº 17b, a Patrocinadora SPA assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345.407,01, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22 de junho de 2020 no montante de R\$ 117.821.025,62 e o saldo devedor de 80% será liquidado em 180 parcelas mensais e sucessivas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Fato relevante - Leilões de áreas no porto de Santos

Conforme Nota Explicativa nº 1 – **Leilões de áreas no porto de Santos**, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), promoveu em 28 de agosto de 2020, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o leilão de ativos de infraestrutura incluído no programa Pró-Brasil pelo qual arrecadará R\$ 505 milhões em outorgas com as concessões dos terminais de celulose do Porto de Santos (SP). O grupo Eldorado Brasil Celulose arrematou o terminal STS14 com o lance de R\$ 250 milhões. Já o terminal STS14A foi arrematado pelo grupo Bracell SP Celulosa Ltda. por R\$ R\$ 255 milhões. As empresas vencedoras ofereceram maior valor de outorga e ganharam direito de administrar as áreas por 25 anos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores Correspondentes

As informações contábeis da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório com modificação de opinião em 12 de novembro de 2019, sobre o Plano de Pensão e pelo não atendimentos ao disposto nas Normas Contábeis, CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes do ativo da companhia e CPC 33 – Benefícios a empregados, e sem modificação em 11 de março de 2020. Nossa conclusão não tem ressalva sobre esses assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.03.17
15:02:43 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/09/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2020	31/12/2019
Circulante		784.711	640.686	Circulante		584.897	503.642
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	669.465	561.662	Salários, provisão de férias e encargos sociais	15	68.453	54.969
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	5	12.900	12.573	Fornecedores e prestadores de serviços.....		31.967	10.100
Contas a receber de clientes, líquidas	6	91.723	49.285	Impostos e contribuições	16	46.575	23.864
Estoques.....		406	463	Plano de pensão - contribuição mensal.....	17a	2.684	1.784
Créditos tributários.....	7	6.356	8.215	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	17b	32.364	-
Outros créditos.....	14	3.861	8.488	Obras efetuadas por arrendatários	18	20.093	18.026
				Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	19	358.421	367.025
				Provisão para plano de desligamento incentivado voluntário ..	20	-	2.772
				Parcelamento processos trabalhistas e cíveis e tributários.....		-	299
				Outras obrigações	23	24.340	24.803
Não Circulante		2.356.293	2.369.509	Não Circulante		2.238.141	2.454.623
Realizável a Longo Prazo		696.616	677.112	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	19	121.004	116.615
Contas a receber de clientes, líquidas	6	55.042	27.607	Receita diferida.....	21	292.697	311.978
Partes relacionadas.....	8	5.930	7.294	Obras efetuadas por arrendatários	18	98.754	101.558
Depósitos judiciais	9	168.048	147.611	Plano de Pensão - provisão déficit atuarial.....	17a	418.727	1.082.028
Bens destinados à alienação.....	10	243	243	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	17b	445.005	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos...	31	467.034	493.666	Créditos da União para aumento de capital.....	22	861.954	842.444
Outros créditos.....	14	319	691				
				Patrimônio Líquido		317.966	51.930
Imobilizado	11	1.655.175	1.685.792	Capital social.....	24	1.414.100	1.414.100
Intangível	12	4.502	6.605	Prejuízos acumulados.....		(1.088.879)	(1.259.209)
				Outros resultados abrangentes		(7.255)	(102.961)
TOTAL DO ATIVO		3.141.004	3.010.195	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.141.004	3.010.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Nota	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita líquida	25	345.462	257.696	852.935	726.114
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(101.414)	(85.597)	(265.626)	(261.544)
Lucro bruto.....		244.048	172.099	587.309	464.570
Outras receitas (despesas) operacionais		(96.063)	(115.327)	(284.159)	(286.539)
Despesas administrativas e gerais	27	(120.869)	(56.263)	(235.983)	(160.746)
Outras receitas operacionais	28	1.586	243	5.958	849
Outras despesas operacionais	29	23.220	(59.307)	(54.134)	(126.642)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		147.985	56.772	303.150	178.031
Resultado financeiro		(12.040)	(1.531)	(14.401)	(18.105)
Receitas financeiras	30	13.066	12.254	31.087	24.906
Despesas financeiras	30	(25.106)	(13.785)	(45.488)	(43.011)
Lucro operacional.....		135.945	55.241	288.749	159.926
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31	(45.935)	(21.444)	(118.419)	(62.605)
Corrente		(39.849)	(28.748)	(91.788)	(72.623)
Diferido.....		(6.086)	7.304	(26.631)	10.018
Lucro antes da participação dos empregados.....		90.010	33.797	170.330	97.321
Participação dos empregados no lucro.....	32	-	-	-	-
Lucro do período.....		90.010	33.797	170.330	97.321
Lucro por lote de mil ações		0,33	0,12	0,62	0,36

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

Lucro (Prejuízo) do período.....	90.010	33.797	170.331	97.321
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefício definido.....	6.849	-	95.706	-
Resultado abrangente	96.859	33.797	266.037	97.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2020 E 30/09/2019
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2018	1.414.100	-	(464.426)	949.674
Resultado do Período de 01/01/2019 a 30/09/2019.....	-	-	97.321	97.321
SALDOS EM 30/09/2019	1.414.100	-	(367.105)	1.046.995
Mutações no período de outubro/2019 a dezembro/2019	-	(102.961)	(892.104)	(995.065)
SALDOS EM 31/12/2019	1.414.100	(102.961)	(1.259.209)	51.930
Resultado do Período de 01/01/2020 a 30/09/2020.....	-	-	170.330	170.330
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Plano de Pensão.....	-	95.706	-	95.706
SALDOS EM 30/09/2020	1.414.100	(7.255)	(1.088.879)	317.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	888.121	854.002
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(98.650)	(99.923)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(259.353)	(184.320)
Valores pagos de encargos sociais	(57.258)	(53.244)
Valores pagos de contingências trabalhistas e cíveis	(70.511)	(73.927)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(107.888)	(84.191)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(70.385)	(68.108)
Valores pagos de juros	(8.039)	(685)
Valores pagos do Termo de Compromisso Financeiro - Plano de Pensão.....	(117.821)	-
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	19.127	(3.950)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	117.343	285.654
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(10.052)	(14.493)
Aquisição de intangível.....	-	(60)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	107.291	271.101
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	512	184
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos ..	512	184
Aumento (redução) nas disponibilidades	<u>107.803</u>	<u>271.285</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	561.662	206.440
Saldo final de caixa e equivalentes	669.465	477.725
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	<u>107.803</u>	<u>271.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS DE 30/09/2020****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

Fatos Relevantes**Leilões de áreas no porto de Santos:**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), promoveu em 28/08/2020, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o leilão de ativos de infraestrutura incluído no programa Pró-Brasil pelo qual arrecadará R\$ 505 milhões em outorgas com as concessões dos terminais de celulose do Porto de Santos (SP). O grupo Eldorado Brasil Celulose arrematou o terminal STS14 com o lance de R\$ 250 milhões. Já o terminal STS14A foi arrematado pelo grupo Bracell SP Celulosa Ltda. por R\$ 255 milhões. As empresas vencedoras ofereceram maior valor de outorga e ganharam direito de administrar as áreas por 25 anos. O terminal STS14, que tem área de 44,5 mil metros quadrados, será atendido por dois berços localizados no cais público de Macuco, com extensão total de cerca de mil metros. A Eldorado Brasil Celulose deverá realizar investimentos de R\$ 186,9 milhões para propiciar uma movimentação de até dois milhões de toneladas ano. Já a Bracell SP Celulosa Ltda., vencedora do STS14A, com área de 45,1 mil metros quadrados, deverá investir aproximadamente R\$ 193 milhões, com a expectativa que sejam movimentadas até 2,6 milhões de celulose por ano.

Impactos do COVID-19

A SPA segue monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Mesmo diante de um cenário com grandes desafios e graves consequências impostas a diversos setores e agentes econômicos, as operações no Porto de Santos mantiveram elevado nível de atividade. Favorecido principalmente pelo excelente desempenho de importantes setores exportadores, o fluxo de cargas atingiu novos recordes, tanto no 3T20 como no 9M20. O crescimento da movimentação decorrente de exportações suplantou os efeitos advindos da redução no nível de importações observada no período.

A Companhia prossegue adotando medidas tempestivas que visam preservar a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos. Vale destacar a atuação da Célula de Crise, de caráter multidisciplinar e em contato direto com as principais autoridades do Porto (Capitania dos Portos de São Paulo - CPSP, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Polícia Federal - PF), com objetivo de monitorar constantemente os riscos advindos da evolução da pandemia, assim como planejar e implementar ações coordenadas que se façam necessárias para prevenir ou mitigar seus efeitos.

A implementação do tele trabalho (Home Office) para boa parte dos funcionários administrativos e todos integrantes de grupos de risco revelou-se eficaz. Mesmo com aproximadamente 25% dos colaboradores não atuando presencialmente, conseguimos adequar as operações e suportar o elevado nível de atividade e movimentação do período. Ao mesmo tempo, persistimos na intensificação de todos os protocolos de saúde e segurança, além de ações de comunicação, conscientização e formação de multiplicadores de informações nos postos de trabalho.

Importante destacar que a SPA continua com bons parâmetros de liquidez para o enfrentamento dessa crise, como pode ser observado pelos indicadores de liquidez corrente (ativo circulante superior ao passivo circulante) de 1,34 e liquidez imediata (ativo circulante excluindo estoques e contas a receber superior ao passivo circulante) de 1,18.

Para as contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência estão apresentando melhora em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar das dificuldades em quantificar os eventuais impactos futuros, permanecemos atentos a quaisquer alterações de cenário. Os dados continuam refletindo a robustez do agronegócio nacional ao mesmo tempo que evidenciam queda no nível de importações. Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência o escoamento da diversificada pauta de exportações nacionais.

Em suma, de acordo com as estimativas da administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas informações trimestrais e tampouco há efeitos na sua continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia, que justificassem mudanças ou registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A SPA continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

Conforme CPC 48 as perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Materiais utilizados para consumo nas atividades, calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição, conforme CPC 16.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes do imobilizado, para atendimento ao CPC 27, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem em breve.

Intangível

São capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizados pela vida útil estimada de até dez anos. O estudo de recuperabilidade dos bens integrantes do imobilizado, para atendimento ao CPC 04, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem em breve.

Partes Relacionadas

Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA, aprovada pelo Conselho de Administração em 28/03/2018.

A SPA administrou a partir de 29/12/2015, através do Convênio 001/2015, o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, sendo que em 16/10/2019 o referido convênio foi rescindido com o Ministério da Infraestrutura através do Extrato do Termo de Rescisão Amigável nº 001/2019, que celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e a SPA.

Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras.

Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – IFRIC 23 /ICPC 22

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos materiais na adoção do IFRIC 23.

Receita Diferida

A companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à companhia em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Os valores recebidos antecipadamente são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da sociedade e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Imposto de Renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos assumidos pela sociedade ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

O conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa engloba, além das disponibilidades propriamente ditas (caixa e bancos), valores que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata.

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	7.956	13.876
Aplicações financeiras	661.509	547.786
Totais	<u>669.465</u>	<u>561.662</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, pois, conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo de renda fixa – BB	436.379	269.660
Fundo de Renda fixa – CEF	225.130	278.126
Total	661.509	<u>547.786</u>

5. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Banco do Brasil remete valores previstos no orçamento de investimentos da SPA, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa. Das obras apontadas abaixo, o Alinhamento de cais no Porto de Santos está concluída e as demais estão paralisadas, mas com estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, será solicitado que a União faça o remanejamento dos valores para outras rubricas de investimentos.

Valores Vinculados à aplicação em infraestrutura	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	58	58
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	6.877	6.877
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
Subtotal	12.567	12.567
Rendimentos financeiros	333	6
Saldo Total	<u>12.900</u>	<u>12.573</u>

Por vezes, a SPA necessita cumprir suas obrigações contratuais decorrentes dos serviços prestados em infraestrutura, de responsabilidade do Governo Federal, sem que tenha recebido os respectivos recursos financeiros. Em 30/09/2020 à companhia é credora do valor de R\$ 98.402,63 (R\$ 610.680,08 em 31/12/2019), conforme quadro abaixo:

Investimentos em Infraestrutura	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	98	100
- Avenida Perimetral – Santos	-	511
Total	<u>98</u>	<u>611</u>

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de serviços prestados	203.023	132.126
Valores a Receber de empresas em recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas esperadas c/créditos liquidação duvidosa (PECLD)	(71.533)	(70.509)
Total	<u>146.765</u>	<u>76.892</u>
Circulante	91.723	49.285
Não Circulante	55.042	27.607

Em 30 de setembro de 2020 foi assinado um Termo de confissão de dívida e pactuação de condições de pagamento com a Emraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários no montante de R\$ 73.478. Esse valor será pago em 3 prestações mensais de R\$ 5.000 a partir de 30 de outubro de 2020 e o saldo remanescente atualizado será pago em 24 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2021.

Na conta PECLD estão inclusas apenas empresas com processos judicializados e expectativa de perda possível. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade. O procedimento contábil está em conformidade com as orientações contidas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	-	2.111
Impostos retidos sobre faturamento	222	93
CSLL paga a maior	1.657	1.657
IRPJ pago a maior	4.229	4.229
ICMS a recuperar	123	-
FGTS pago a maior	125	125
Total	<u>6.356</u>	<u>8.215</u>

8. PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. E transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação, conforme CPC 05.

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, que foi administrado pela SPA conforme mencionado na nota explicativa nº 1, podem ser reembolsados pelo Ministério da Infraestrutura. A questão está sendo tratada entre as partes, porém foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para referido valor. Os valores relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ministério da Infraestrutura	51.069	52.359
(-) Valores contestados	(45.462)	(45.463)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	11	17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	123	84
Ministério do Trabalho	189	297
Total	<u>5.930</u>	<u>7.294</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos recursais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

Natureza	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos recursais cíveis	22.481	22.046
Depósitos recursais trabalhistas	138.149	118.374
Depósitos recursais tributários	2.960	2.961
Ações regressivas trabalhistas	4.458	4.230
Total	<u>168.048</u>	<u>147.611</u>

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens que serão baixados e por isso, forma reclassificados para o realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não nos permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO (%)
Mobiliário em geral	1.456	1.617	10,0
Veículos	651	739	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	5.214	5.876	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.459	1.601	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	88	96	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	7.851	8.945	20,0
Edifícios	28.244	29.390	2,0
Instalações	728.432	737.352	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	158.967	167.234	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	18.913	19.663	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.434	94.434	-
Outras construções	530.343	537.801	1,43 a 6,67
Terrenos	29	29	-
Obras em andamento	50.033	49.305	-
Bens móveis industriais	4.251	4.624	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	24.810	27.086	3,33 a 10,0
Total	<u>1.655.175</u>	<u>1.685.792</u>	

12. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 4.502 (R\$ 6.605 em 31/12/2019) refere-se a licenças de softwares.

13. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2020 a 30-04-2021.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da companhia, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Riscos operacionais	307.662	427.492
Automóveis	2.119	3.649
Responsabilidade civil	30.000	30.000

14. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Renegociação de faturas a receber	1.755	6.654
Férias a apropriar	1.189	1.392
Sinistros cobertos por apólice	278	292
Plano de Saúde	601	513
Diversos	206	202
Despesa Antecipada – Assinaturas e Anuidades	25	-
Prefeitura de Santos	126	126
Total	<u>4.180</u>	<u>9.179</u>
Circulante	3.861	8.488
Não Circulante	319	691

15. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários a pagar	26.249	11.372
Provisão – Férias	25.859	35.973
Provisão – 13º salário	11.049	-
Encargos sociais	5.296	7.505
Remuneração variável de administradores	-	119
Total	<u>68.453</u>	<u>54.969</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	605	580
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.367	904
Retenção para seguridade social - INSS	433	352
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.557	8.658
Programa de integração social - PIS	2.757	1.275
Contribuição financiamento seguridade social- COFINS	12.800	5.899
Imposto sobre serviços - ISS	1.363	964
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.693	5.232
Total	46.575	23.864

17. PLANO DE PENSÃO

17a - Déficit Atuarial Portus

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão - PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício - Plano de Benefício Portus 1 PBP1-, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob o nº 19.780.055- 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11. O Passivo atuarial da SPA apontado no Balanço Patrimonial e nos quadros abaixo é de R\$ 418.727 (R\$ 1.082.028 em 31/12/2019). As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	30/09/2020	31/12/2019
1. Taxa de desconto (nominal)	7,459%	6,853%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	7,459%	6,853%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,500%	4,000%
4. Reajuste nominal do benefício	0,000%	0,000%

Base de dados:

	30/09/2020	31/12/2019
Participantes ativos (passivo principal)	377	377
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.094	4.094
Aposentados	2.511	2.511
Pensionistas	1.583	1.583

Número total de participantes	4.471	4.471
Duração da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,35	10,58

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	30/09/2020		31/12/2019	
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	125	0,02%	658	0,18%
2.b Realizável (Prev e Adm)	537.616	72,11%	57.103	15,43%
Contribuições Contradas	477.369		-	
Outros ativos a receber	60.247		57.103	
2.C Títulos Públicos	38.636	5,18%	38.748	10,47%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	35.074	4,70%	107.283	28,96%
2.f Fundos de Investimentos	69.222	9,28%	39.860	10,77%
Renda Fixa	69.098	9,27%	39.618	10,70%
Imobiliário	124	0,02%	242	0,07%
2.g Investimentos Imobiliários	59.446	7,97%	115.982	31,33%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros – Depósitos Judiciais	5.415	0,73%	10.627	2,87%
Total Ativo	745.534	100,00%	370.182	100,00%
(+) Ajuste Valor de Mercado	(2.878)		-	
(-) Contribuições Contratadas	(477.370)		-	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(830)		(8.828)	
(-) Uso Próprio	(2.871)		(5.654)	
(-) Exigível Operacional	(9.114)		(18.652)	
(-) Exigível Contingencial	(8.650)		(15.680)	
(-) Fundo Previdencial	(15.253)		(40.348)	
(-) Fundo de Investimento	-		(6.798)	
(-) Fundo administrativo	(25.132)		(69.664)	
Valor Justo dos Ativos	203.436		204.558	
Percentual rateio (acordado 12/2019)	N/A		51,726%	
Valor Justo dos Ativos	N/A		105.810	
Rentabilidade projetada para o mês	N/A		-	

Saldo Previdencial do mês	N/A	-
Valor Justo dos Ativos final	203.436	105.810

Outras premissas atuariais materiais:

	30/09/2020	31/12/2019
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado 2020

	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	283.861.216	862.448
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	476.465	-
3. Custo dos juros	5.100.820	15.286.078
4. Contribuições de participantes do plano	939.323	-
5. Benefícios pagos	-	(30.415.277)
6. Ganho/(perda) atuarial	1.140.023	605.589
6.a. Ganho/(perda) atuarial - mudança de premissas	(2.086.899)	(4.561.774)
6.b. Ganho/(perda) atuarial - ajuste de experiência	3.226.922	5.167.363
6.c. Ganho/(perda) atuarial - redução de Direitos	-	5.945.045
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	291.517.847	853.869.059
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	476.465	-
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	5.100.820	15.286.078

Análises de Sensibilidade

Montante do:	Tábua Biométrica + 10%	Tábua Biométrica - 10%	Taxa de Juros +0,25%	Juros de Juros - 0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.122.759	1.169.897	1.121.386	1.170.341
Valor justo dos ativos do plano	203.436	203.436	203.436	203.436
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(919.323)	(966.462)	(917.950)	(966.905)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	477.369	477.369	477.369	477.369
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	118.110	123.069	117.965	123.115
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	251.004	261.542	250.697	261.642
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(72.840)	(104.482)	(71.919)	(104.779)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	37.942	54.424	37.462	54.580

(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(881.381)	(912.037)	(880.488)	(912.326)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa - (TCF)	477.369	477.369	477.369	477.369
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(404.011)	(434.668)	(403.119)	(434.957)
Variações:				
Aumento / redução obrig.atuarial	-1,98%	2,14%	-2,10%	2,18%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,35%	2,55%	-2,49%	2,59%

O valor de R\$ 2.684 em 30/09/2020 (1.784 em 31/12/2019) registrados como Plano de pensão - contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de setembro/2020.

17b - PLANO DE PENSÃO - TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

A SPA firmou em 21 de setembro de 1981, Convênio de Adesão junto ao PORTUS a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 - PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas companhias do sistema portuário e o PORTUS (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firma o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora SPA assume a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345.407,01 (quinhentos e setenta e sete milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e sete reais e um centavo), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo, passou a ser de R\$ 589.105.128,09 (quinhentos e oitenta e nove milhões, cento e cinco mil, cento e vinte e oito reais e nove centavos). A previsão de pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821.025,62 (cento e dezessete milhões, oitocentos e vinte e um mil, vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos). O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	30/09/2020	31/12/2019
Termo de Compromisso Financeiro - Plano PBP1	589.105	-
Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	(117.821)	-
Pagamento de parcelas	(11.141)	
Juros e atualização monetária	17.226	-
Saldo devedor	477.369	
Circulante	32.364	-
Não circulante	445.005	-

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, em cujas áreas existiam a necessidade de investimentos para que fosse atingido as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras que foram realizadas pelo arrendatário, são ressarcidos pela companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário, Contrato, Vigência e Índice	Saldo 31/12/2019	Atualização monetária em 2020	Pagamentos em 2020	Saldo 30/09/2020
Brasil Term. Portuário Contrato nº: 24/2001 Vigência: até 01/2027 Índice Utilizado: IGP-M	111.673	12.577	(11.855)	112.395
Ecoporto Santos S/A Contrato nº: 28/1998 Vigência: até 06/2023 Índice Utilizado: TJLP	7.911	279	(1.738)	6.452
Total	<u>119.584</u>	12.856	(13.593)	118.847
Circulante	18.026			20.093
Não Circulante	101.558			98.754

19. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do departamento a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

19.1 Processos judiciais provisionados:**Provisão trabalhista**

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados (iii) adicionais de risco e noturno

Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; (ii) indenizações por lucros cessantes.

Os valores provisionados são:

	Provisão Trabalhista	Provisão Cível	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.342	389.327
Adições	47.188	90.855	138.043
Reversão e utilização	(27.229)	(16.501)	(43.730)
Saldo em 31/12/2019	228.944	254.696	483.640
Adições	11.237	25.230	36.467
Reversão e utilização	(40.682)	-	(40.682)
Saldo em 30/09/2020	199.499	279.926	479.425
Circulante	187.211	171.210	358.421
Não Circulante	12.288	108.716	121.004

19.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis estão apresentados abaixo:

Natureza	30/09/2020	31/12/2019
Processos Trabalhistas	107.761	108.850
Processos Cíveis	241.941	39.198
TOTAL	349.702	148.048

Processos judiciais: IPTU

As Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá cobram da SP o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis utilizados pelo SPA que, entretanto, são de propriedade da União. O Supremo Tribunal Federal, através da 1ª e 2ª Turmas reconheceram através dos processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95, a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472).

20. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PIDV

A Diretoria Executiva, em 10 de dezembro de 2019, aprovou o Programa Incentivado de Desligamento Voluntário (PIDV). O período de adesões ocorreu entre 10/12/2019 a 21/04/2020 e se destinou aos empregados com 30 anos ou mais de serviço na empresa e idade superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos de 01/05/2020 a 30/09/2020. A implantação do programa está alinhada ao plano estratégico institucional da empresa buscando alcançar o equilíbrio econômico-financeiro da companhia.

A constituição da provisão foi efetuada na medida em que os empregados realizaram a adesão. Até o prazo final das inscrições foram realizadas 225 (duzentas e vinte e cinco) adesões de funcionários neste programa e a movimentação está demonstrada no quadro abaixo:

	Posição 31/12/2019	Movimentação 2020	Posição 30/09/2020
Nº Total de Inscritos no PIDV	21	204	225
Inscritos no PIDV em R\$	3.119	45.560	48.679
Utilização por desligamento	(347)	(48.332)	(48.679)
Saldo final	2.772	(2.772)	-

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 81 do CPC 06 (R2). No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 19.281 (R\$ 25.707 em 31/12/2019), conforme composição abaixo:

	<u>PRES.69/1997</u>	<u>DP-DC.02/09</u>	<u>DP-DC.01/10</u>	<u>DIPRE.45/16</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/2018	19.979	140.021	175.635	2.050	337.685
Apropriações ao resultado	(5.101)	(8.751)	(10.978)	(877)	(25.707)
Saldo em 31/12/2019	<u>14.878</u>	<u>131.270</u>	<u>164.657</u>	<u>1.173</u>	<u>311.978</u>
Apropriações ao resultado	(3.825)	(6.564)	(8.232)	(660)	(19.281)
Saldo em 30/09/2020	<u>11.053</u>	<u>124.706</u>	<u>156.425</u>	<u>513</u>	<u>292.697</u>

22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incide encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98. O Governo Federal desde o ano de 2015 não autoriza, através de decreto, a capitalização dos créditos.

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	842.444	791.715
Capitalização no período	-	-
Créditos para aumento de capital no período	512	3.440
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	18.998	47.289
Saldo final	<u>861.954</u>	<u>842.444</u>

Em 28 de setembro de 2020, foi publicado o decreto 10.498 que autorizou o aumento de capital da SPA por meio de incorporação dos AFACs realizados entre 2015 e 2018. O valor nominal a ser capitalizado será de R\$ 383.201 e suas atualizações até a data da capitalização.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	11.916	12.200
Cauções	4.431	4.689
Empréstimos para funcionários	271	323
Pensões Judiciais	492	540
Contribuições Sociais e Sindicais	281	312
Diversos	473	263
Total	<u>24.340</u>	<u>24.803</u>

(i) O Adicional de Tarifa Portuária - ATP incidente sobre as tabelas das Tarifas Portuárias foi criado pela Lei 7.700/1988 e revogada pela Lei 9.309/1996. (ii) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 30 de setembro 2020 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura aquaviária	524.699	392.393
- Utilização da infraestrutura terrestre	84.745	95.506
- Energia elétrica	32.000	33.935
- Outras receitas	9.315	9.995
Receitas de arrendamento	325.207	301.639
Imposto sobre Serviços - ISS	(27.434)	(24.618)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(5.760)	(6.108)
Programa de Integração Social - PIS	(16.025)	(13.669)
Contribuição Financiamento Seg. Social - COFINS	(73.812)	(62.959)
Total	<u>852.935</u>	<u>726.114</u>

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	125.968	124.457
Encargos sociais	32.208	37.458
Serviços de terceiros	66.318	57.006
Depreciação	33.310	34.320
Aluguéis	1.100	1.251
Utilidades, serviços e materiais	6.722	7.052
Total	<u>265.626</u>	<u>261.544</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	121.974	78.412
Encargos sociais	15.066	16.571
Serviços de Terceiros	29.339	11.543
Aluguéis	5.241	5.181
Utilidades e serviços e materiais	5.879	7.198
Impostos, taxas e contribuições	1.981	1.657
Demandas judiciais	50.930	36.749
Órgãos Colegiados	2.424	2.503
Ressarcimento - OGMO - Medida Provisória nº 945	2.112	-
Outras despesas	1.037	932
Total	<u>235.983</u>	<u>160.746</u>

(i) O valor referente ao item Pessoal, encargos do trabalho e benefícios foi impactado devido ao PIDV (vide nota explicativa nº 21). (ii) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas, porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União. (iii) Em conformidade com a Medida Provisória nº 945 e o convênio SPA 01/2020, a companhia deve ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO o salário médio aos trabalhadores afastados devido a Covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Reversão de provisão PDD	1.821	-
Cessão do direito de operacional Folha de Pagamento	659	659
Reversão PIDV	2.772	-
Indenizações e Multas Contratuais	630	190
Doações Recebidas	76	-
Total	5.958	<u>849</u>

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2020	30/09/2019
Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários, líquidos das reversões	(4.214)	80.012
Perda Est. créditos de liquidação duvidosa	2.727	45.127
Multas	109	1.010
Custo do benefício definido - Portus - Ativo/Assistidos	41.858	-
Perdas com Créditos - Decisão Judicial	13.142	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	469	-
Outras	43	493
Total	54.134	126.642

(i) O item PIDV está detalhado na nota nº 21; (ii) Custo do benefício definido – PORTUS é decorrente da contabilização do déficit atuarial com o Plano de Benefício Definido (PBD), efetuada em dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 18.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	30/09/2020	30/09/2019
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	10.268	6.692
Rendimentos de aplicações financeiras	20.339	17.837
Outras	480	377
Subtotal	31.087	24.906
Despesas Financeiras		
Variação monetária	(12.857)	(5.227)
Juros pagos ou incorridos	(32.631)	(37.784)
Subtotal	(45.488)	(43.011)
Resultado Financeiro Líquido	(14.401)	(18.105)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais. O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. Na SPA, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Os impostos diferidos estão detalhados no quadro a seguir:

DETALHAMENTO	31/12/2019			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	228.944	57.236	20.605	77.841
Provisão Cível	254.695	63.674	22.922	86.596
Créd. Liquidação Duvidosa	70.509	17.627	6.346	23.973
Base Negativa CSLL	895.507	-	80.596	80.596
Prejuízo Fiscal IRPJ	898.640	224.660	-	224.660
TOTAL	2.348.295	363.197	130.469	493.666
DETALHAMENTO	30/09/2020			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	199.499	49.875	17.955	67.830
Provisão Cível	279.926	69.982	25.193	95.175
Créd. Liquidação Duvidosa	71.534	17.884	6.438	24.322
Base Negativa CSLL	782.996	195.749	-	195.749
Prejuízo Fiscal IRPJ	779.569	-	70.161	70.161
Provisão Fornecedores	24.283	6.070	2.186	8.256
Provisão Diferença Salarial	16.298	4.074	1.467	5.541
TOTAL	2.154.105	343.634	123.400	467.034

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme quadro abaixo:

2020	R\$ 65.000
2021	R\$ 63.000
2022	R\$ 75.000
2023	R\$ 64.500
2024 em diante	R\$ 199.534

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: setembro/2020) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	em reais
- Maior remuneração	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>	
- Maior remuneração	43.489,69
- Menor remuneração	1.367,03
- Salário médio	11.612,32



FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor Presidente

MARCUS DOS SANTOS MINGONI:1465222189
Assinado de forma digital por
MARCUS DOS SANTOS
MINGONI:14652221894
Dados: 2021.03.17 19:03:16 -03'00'

4

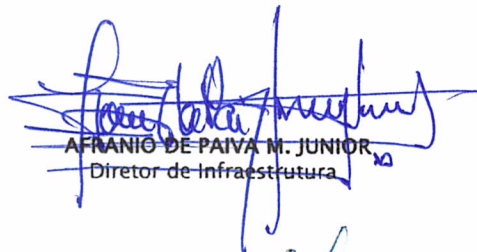
MARCUS DOS SANTOS MINGONI
Diretor de Administração e Finanças



MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações



BRUNO STUPELLO
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

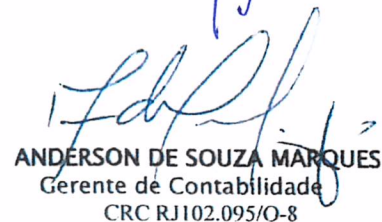


AFRANIO DE PAIVA M. JUNIOR
Diretor de Infraestrutura

EUGENIO CARVALHO:73055654
Assinado de forma digital por
EUGENIO
CARVALHO:73055654820
Dados: 2021.03.23 19:06:03 -03'00'

820

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



ANDERSON DE SOUZA MARQUES
Gerente de Contabilidade
CRC RJ102.095/O-8